CARNAÚBA

A ausência de custos de plantio e de tratos culturais, típica das atividades extrativas e o fato de o corte da folha se dar quando a mão-de-obra não está mais ocupada com outras lavouras, são fatores de estabilidade da produção. O mercado externo absorve 80% da produção da cera de carnaúba, mas há a concorrência de substitutos naturais e químicos e, no âmbito interno, o governo federal detém estoques elevados, que tolhem o crescimento dos preços.

Nativa do Nordeste brasileiro, a carnaúba é principalmente encontrada no Ceará e no Piauí. Dela, tudo se aproveita: dos frutos, extrai-se o óleo; do caule, lenha e palmito e, das folhas, o pó cerífero, com o qual se faz a cera de carnaúba (produzida apenas no Brasil), bem como chapéus, bolsas, esteiras, redes, cordas e papéis.

Geralmente, o corte das folhas para retirada da cera ocorre no princípio e no final do segundo semestre de cada ano, época de poucas chuvas. Das folhas novas, obtém-se o chamado **pó-de-olho**, um pó cerífero de qualidade superior ao **pó-de-palha**, que é retirado das folhas já abertas e mais velhas.

O processo de obtenção da cera tradicionalmente envolve as fases de corte da palha, secagem, retirada de pó e fusão. Existem algumas variantes deste processo, com a cera feita a partir da borra e não do pó, além da utilização de máquinas, com algumas desvantagens para a secagem e retirada do pó. Todas estas etapas se verificam no campo, obtendo-se a chamada **cera de origem**, que contém algumas impurezas, por falta de tratamento químico adequado. O produtor vende o pó ou a cera às indústrias, que fabricam a cera industrial, de qualidade superior.

A cera é utilizada na fabricação de produtos de polimento de assoalhos, calçados, aeronaves e outros, na indústria de cosméticos, na fabricação de papel carbono, papel especial para computadores, verniz, tinta, lubrificante em graxa e disco fonográfico. Serve para revestimentos protetores de veículos e máquinas em geral e é importante componente de produtos farmacêuticos e dentários, artigos de borracha (protege, evitando rachaduras). Pode ser, também, empregada em fundições de superfícies galvanizadas) e na indústria elétrica, como material isolante, impregnador em condensadores, protetor nas caixas de baterias e em cabos de alta tensão.

A especificação da cera se faz por tipos, que vão de 1 a 5, a saber: tipo 1: primeira, ou **flor**; tipo 2: mediana; tipo 3: gorda clara; tipo 4: gorda parda; tipo 5: arenosa.

Do pó cerífero tipo A (**pó-de-olho**), obtém-se as ceras tipos 1 e 2 e do tipo B (**pó-de-palha**), as demais. Quanto mais clara a coloração e menor o número do tipo, melhor será a qualidade da cera.

Estima-se que aproximadamente 80% da cera produzida no país são exportados. Os tradicionais importadores são poucas firmas, com grande poder de determinação do preço no mercado.

É no exterior que a cera brasileira encontra fortes concorrentes, devido ao desenvolvimento tecnológico nos países importadores, onde há pesquisas em laboratórios, com o objetivo de encontrar um sucedâneo sintético capaz de substituí-la como matéria-prima , uma vez que seus preços são elevados no mercado internacional.

Existem hoje ceras sintéticas fabricadas pelas empresas multinacionais do setor químico, como a **montana**, além de produtos substitutos derivados do petróleo e, ainda, ceras vegetais como a de **licuri** e a de **candellila**, dentre outras, que competem com a da carnaúba.

A cera de carnaúba, porém, por apresentar qualidades insuperáveis quanto ao brilho e resistência, permanece como um insumo de extrema importância na fabricação de solventes e produtos de polimento. Há diversos casos em que não pode ser substituída completamente, participando, mesmo que de forma reduzida, das formulações químicas, juntamente com seus sucedâneos.

Sendo assim,, o consumo externo tem-se mantido praticamente inalterado nos últimos cinco anos (ver Quadro 04). Por outro lado, também não há interesse das firmas estrangeiras em aumentar o consumo de um produto totalmente baseado no extrativismo. Estima-se que, diante da quantidade de carnaubeiras existentes no país, poder-se-ia atingir a produção máxima de 20 mil t de cera anualmente, mas a produção em épocas normais (sem intempéries) situa-se em torno de 12,5 mil t. Qualquer aumento da demanda está, pois, limitado pelo tempo que a carnaúba leva para começar a produzir (de oito a dez anos), desestimulando o investimento no plantio.

Alguns exportadores brasileiros acreditam que, mesmo assim, há espaço a ser conquistado no mercado externo. A expansão do uso da

QUADRO 04 – EXPORTAÇÃO DE CERA DE CARNAÚBA – 1980-85

ANO	QUANTIDADE (t)	VALOR (US$)	PREÇO MÉDIO (US$)
1980	9.667	16.982.931	1.756
1981	10.088	17.786.436	1.763
1982	8.479	14.537.005	1.714
1983	10.433	13.081.344	1.253
1984	10.005	10.528.824	1.052
1985[1]	4.968	5.995.156	1.206

FONTE – Cacex.
[1] Dados até maio.

cera sintética no mercado mundial seria uma prova desse potencial. A falta de uma política comercial mais agressiva das empresas aqui instaladas, principalmente no que concerne ao **marketing** do produto, estaria emperrando o crescimento das exportações. Como exemplo, cita-se a forma como são apresentadas as ceras concorrentes. Há maior preocupação quanto à aparência dessas mercadorias (embalagens) e existem equipes incumbidas de fazer um trabalho de convencimento da superioridade do produto à venda.

A cera de carnaúba precisa melhorar sua qualidade, para enfrentar, em igualdade de condições técnicas, a concorrência estrangeira (a sintética não tem nenhuma impureza) e aumentar sua participação no mercado mundial (cerca de 1% atualmente). O problema mais grave, no entanto, diz respeito ao preço relativo do produto brasileiro, considerado alto, inibidor de maiores compras.

Internamente, a cera de carnaúba leva certa vantagem sobre os concorrentes importados, como a cera **montana** e o polietileno oxidado, devido à taxação alfandegária. O seu preço, porém, é maior do que o da parafina e o da cera microcristalina, derivados do petróleo produzidos no Brasil. As qualidades da cera de carnaúba garantem o seu consumo dentro da restrita necessidade técnica. Em compensação, menores preços não garantiriam maior consumo (pelo menos no caso de polimento de assoalho) em decorrência da mesma necessidade técnica, ou seja, se a cera de carnaúba tem vantagens que garantem o seu consumo mínimo, tem também, inconvenientes, que limitam a demanda. As fábricas costumam misturá-la com outros insumos, como a parafina, por exemplo, para compensar as suas falhas. Em conseqüência, o percentual de cera de carnaúba utilizado não poderá aumentar muito, em função de variações de preços, sugerindo certa inelasticidade da demanda, no mercado atual.

Dada a importância do mercado externo, faz-se necessária a observação das cotações internacionais nos últimos anos, para a melhor compreensão de algumas políticas internas.

Em 1974 e 1975, os preços da cera de carnaúba no exterior experimentaram súbita elevação, não só em decorrência da crise do petróleo, que elevou os preços dos sucedâneos daquela cera, como por força de problemas ocorridos em importante indústria estrangeira concorrente. A maior demanda elevou o preço da cera **tipo 4**, de US$ 0,60/libra-peso para US$ 2/libra-peso em trinta dias, declinando, em seguida, para US$ 0,70/libra-peso, preço considerado adequado pelos exportadores. A partir de então, observou-se um desestímulo dos compradores e as cotações continuaram em declínio, com pequenas variações, durante dez anos, até chegar a US$ 0,25/libra-peso em fevereiro de 1984.

Nesta época, em atendimento a apelos por melhores preços, nos planos externo e interno, a **CFP** decidiu aplicar a desvalorização cambial em suas vendas às indústrias. A medida foi tomada na entressafra, quando a **Companhia** era a única supridora do mercado interno. Esperava-se, com isto, que tais aumentos fossem repassados ao exterior, neutralizando as pressões dos importadores, que ofereciam preços mais baixos à cada desvalorização do cruzeiro. Como conseqüência, os preços no mercado externo subiram de US$ 0,25/libra-peso para US$ 0,35/libra-peso em vinte e quatro horas e se estabilizaram, depois, em US$ 0,40/libra-peso.

Por outro lado, porém, a partir de outubro de 1984, o governo começou a retirar gradativamente, até abril de 1985, o subsídio dado às exportações de cera (crédito-prêmio de 11% do **IPI**). Além disso, os insumos importados (papel de filtro, terras clarificantes, etc) vinham pesando cada vez mais nos custos de produção da cera industrial. Para compensar essas perdas, a **Cacex** decidiu elevar o preço mínimo de exportação em US$ 0,02/libra-peso, cada mês. A cotação da cera **tipo 4**, que estava em US$ 0,40/libra-peso, foi subindo até o patamar de US$ 0,54/libra-peso no mês de junho deste ano.

Os exportadores e o governo perceberam, então, já ter sido atingido o limite máximo de preço para o **tipo 4**, que tem qualidade inferior aos dos demais tipos exportados, e já havia mesmo alguns casos de **câmbio português** nas exportações. Para as outras ceras, concluiu-se que haveria ainda condições de se adotar uma política de crescimento de preços ao longo do segundo semestre de 1985.

O Quadro 05 mostra os preços mínimos de exportação da **Cacex**, previamente estabelecidos para os diversos tipos até dezembro e contemplando os referidos aumentos. Note-se que, quanto melhor a qualidade da cera, mais reajustes de preços lhe são concedidos.

QUADRO 05 – BRASIL – PREÇO MÍNIMO DE EXPORTAÇÃO DA CERA DE CARNAÚBA – 2º SEMESTRE DE 1985 – US$/libra-peso

TIPO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
1	0,90	0,92	0,94	0,96	0,98	1,00
3	0,67	0,68	0,69	0,70	0,70	0,70
4-Filtrada	0,61	0,62	0,62	0,62	0,62	0,62
4-Centrifugada	0,55	0,55	0,55	0,55	0,55	0,55

FONTE – Cacex.

A constatação de que as melhores ceras conseguem maiores preços e penetram com mais facilidade no mercado externo levou o governo a tomar algumas medidas concernentes à exportação. De imediato, foram suprimidas as vendas da cera **tipo 2**, uma vez que esta pode ser melhorada e transformada em **tipo 1**, de maior valor.

O objetivo dos exportadores, que contam com o apoio da **Cacex** é oferecer apenas as ceras melhores, retirando do mercado as de mais baixo padrão. A cera **tipo 3** deverá ser melhorada para ocupar o lugar da **tipo 2**. A cera **tipo 4 centrifugada** também não será mais exportada a partir do próximo ano, quando a **tipo 4 refinada** ou **filtrada** será comercializada.

Internamente, o mercado está sendo considerado desfavorável, pois os preços que os produtores vêm recebendo nas vendas do pó cerífero e da cera, muitas vezes, não cobrem os custos de produção. Os gastos com mão-de-obra nas fases de corte e secagem das folhas constituem a essência das despesas com os fatores de produção, já que não há praticamente substituto para o trabalho humano em tais serviços.

Em 1971, após ausência de quase dez anos, a **CFP** havia decidido proteger o produtor rural com as políticas de financiamento e aquisição da cera, reincluindo o produto na pauta de preços mínimos. No caso do pó cerífero, somente a partir de 1975 o governo resolveu conceder o mesmo amparo. O interesse da **CFP** era o de tentar manter o estímulo da extração da cera, pois os baixos preços recebidos pelos agricultores punham em risco a própria existência do carnaubal.

Em 1979, a **CFP** viu-se com um estoque de 25 mil t de cera (somando-se pó e cera) equivalente a duas safras anuais. Em 1983, o governo iniciou as vendas do produto estocado e não mais incentivou novas compras.

As chuvas que ocorreram entre novembro de 1984 e fevereiro deste ano, ocasionando enchentes em diversas regiões do Nordeste, prejudicaram enormemente o corte da folha e acarretaram uma menor produção de pó e cera, mas permitiram que a **CFP** se desvencilhasse de parte dos estoques, suprindo as indústrias do ramo.

Calcula-se uma queda de 40% na produção de 1985, em comparação com a do ano anterior, que já havia sido prejudicada pela longa seca dos anos precedentes.

Para a safra 1984/85, a **CFP** decidiu não mais comprar o pó cerífero (suspensão do **AGF**), permanecendo, entretanto, as operações de **EGF**. O produtor poderia, ainda assim, beneficiar o pó e fazer o **AGF** da cera, uma vez que esta continuou a ser adquirida pelo governo. Alegou-se que se conseguiria, desta forma, gerar mais empregos nas regiões mais carentes. O que se visava, na realidade, era evitar qualquer nova compra de ambos os produtos, uma vez que, com o passar dos anos, toda a maquinaria rudimentar usada no interior já havia sido praticamente desativada e só se produzia o pó.

Deve-se considerar, também, que os preços mínimos não estão despertando o interesse dos produtores (os reajustes não têm acompanhado a inflação), afastando a **CFP** do mercado comprador (ver Quadro 06 e 07).

Os estoques governamentais tendem a permanecer altos por muitos anos, constituindo um fator impeditivo do crescimento dos preços de mercado.

Embora não haja dados precisos sobre o consumo interno de cera, as

QUADRO 06 – BRASIL – CERA DE CARNAÚBA – PREÇO MÍNIMO DO PÓ CERÍFERO[1] SAFRA 1984/85-Cr$/kg

PERCENTUAL DE CERA	TIPO A De 1º/05/85 a 31/07/85	TIPO B De 1º/05/85 a 31/07/85
50-54	–	991
55-59	–	1.241
60-64	–	1.257
65-69	–	1.390
70-74	2.665	1.520
75-79[2]	2.874	1.652
80-84	3.087	–
85-89[3]	3.926	–

FONTE – CFP.

[1] Classificação de acordo com a Portaria nº 240, de 02/05/75, do Ministério da Agricultura;

[2] o produto do tipo "B" que possuir percentual de cera superior a 79% receberá o preço de Cr$ 1.652 e o código de classificação "BO", seguido do número indicativo do percentual de cera;

[3] o produto do tipo "A" que possuir percentual de cera superior a 89% receberá o preço de Cr$ 3.296 e código de classificação "AO", seguido do número indicativo do percentual de cera.

estimativas situam-no em torno de 3,5 mil t/ano, podendo talvez atingir cera de 4 mil t/ano, de uma produção anual entre 12 mil t e 13 mil t. A partir desses números, pode-se antever um déficit no consumo total, a ser coberto pela **CFP**, de aproximadamente 1.250 t anuais. Neste ritmo, serão necessários mais ou menos quinze anos para o governo liquidar seus estoques, ainda na hipótese de não adquirir mais um só quilo de cera.

As reivindicações de melhores preços não partem, no momento, somente dos produtores. Os exportadores têm atribuído aos baixos preços governamentais uma das causas de suas dificuldades na defesa dos preços externos. A **CFP** estabelece os preços mínimos em agosto e concede reajustes nos meses de novembro, fevereiro e maio, de acordo com a evolução das **ORTN's**. Enquanto os exportadores se beneficiam das desvalorizações cambiais diariamente, os produtores vêem os preços mínimos reais declinarem durante os meses em que ocorrem reajustes. Este duplo ganho dos exportadores acaba sendo repassado aos importadores, que dominam o mercado e impõem preços mais baixos em dólares, pois sabem que os exportadores já estão sendo compensados internamente. Para as pequenas firmas, que já trabalham com margem reduzidas de lucro, o rebaixamento dos preços internacionais pode significar o fim de suas atividades.

Em princípio, os preços mínimos de exportação da **Cacex** já cumpriram a missão de sustentação dos preços externos, mas a prática do **câmbio português** acaba ocorrendo em algumas situações, tornando inútil, parcialmente, aquele instrumento. De acordo com os exportadores o aumento do preço da cera no interior, via correções mensais dos preços mínimos da **CFP**, poderia ser totalmente repassado aos importadores, diminuindo a sua margem de manobra, uma vez que a elevação do custo da matéria-prima estabeleceria o piso dos preços internos e externos.

QUADRO 07 – BRASIL – CERA DE CARNAÚBA – PREÇO MÍNIMO DA CERA DE ORIGEM[1] – MAIO A JULHO DE 1985

TIPO	TEOR DE UMIDADE (%)	CÓDIGO DE CLASSIFICAÇÃO	Cr$/kg DE 19/05/85 a 31/07/85
1 (flor)	02	C 100	4.047
2 (mediana)	02	C 200	3.944
3 (gorda clara)	02	C 300	3.359
4 (gorda escura)	02	C 400	2.834[2]
5 (arenosa)	03	C 503	2.693
	04	C 504	2.665
	05	C 505	2.607
	06	C 506	2.522
	07-12	C 507	
		C 508	
		C 509	2.214
		C 510	
		C 511	
		C 512	

FONTE – CFP.
[1] Classificação de acordo com a Resolução Concex nº 57, de 09/03/70;
[2] Preço Mínimo Básico e Preço Mínimo da Cera de Borra do Tipo 4.

A comercialização da cera enfrenta, atualmente, alguns impasses. As grandes indústrias brasileiras e estrangeiras que a utilizam consideram seu preço comparativamente elevado, em relação a alguns substitutos. Os produtores da **cera de origem** e do **pó cerífero**, por sua vez, consideram baixos os preços que recebem, o que estaria impedindo a melhor remuneração do trabalhador rural e, por tanto, desestimulando o corte das folhas. A **CFP**, que antes incentivava a atividade através da compra do pó e da cera, praticamente retirou-se do mercado, sem prazo para retorno.

As perspectivas, a curto prazo, são de estabilidade tanto na produção como no consumo industrial. Isto porque, no interior nordestino, o corte da folha ocorre quando a mão-de-obra já está liberada do trabalho nas demais lavouras e passa a ser praticamente a única alternativa da renda do produtor, com as vantagens das atividades extrativas: ausência dos custos de plantio e tratos culturais. Por este motivo, a baixa remuneração do produtor rural ainda não constitui motivo suficiente para o abandono total do empreendimento.

A indústria, por sua vez, não pode prescindir da matéria-prima, mas sua demanda não constitui, por si só, um estímulo à dinamização da atividade. Com efeito, somente a descoberta de novas utilizações da cera ou a de avanços tecnológicos, que a tornem um insumo mais atraente do que as demais, poderiam aumentar a demanda industrial, com reflexos positivos sobre os preços, reativando todas as etapas de comercialização, sem a necessidade da interferência do governo no mercado.

(Fernando da Silva Santiago, economista do Centro de Estudos Agrícolas – IBRE/FGV)